3. Identidades masculinas: limites e possibilidades

“Definir é matar, sugerir é criar.”
S. Mallarmé

Como vimos no capítulo anterior, apesar das diferenças entre os sexos poderem ser interpretadas de variadas formas, dependendo da sociedade que se tome como referência, a diferenciação sexual parece ser um dado universal. Ao discorrer sobre a identidade masculina, Badinter (1992) nos diz que “as culturas evoluem lentamente e as mídias mais populares continuam a difundir estereótipos masculinos e femininos tradicionais”. Entretanto, a autora nos alerta para o fato de que não basta tomarmos conhecimento das explicações de cunho social, uma vez que “as resistências também são psicológicas e, desta forma, não aleatórias.” Sua argumentação parte do princípio de que a necessidade de uma pessoa se diferenciar do outro sexo é mais que apenas resultado de um processo de aprendizagem, é uma necessidade arcaica. Por isso, segundo ela, na maioria das sociedades, sexo e gênero são empregados como “o principal esquema cognitivo para compreender o ambiente”, sendo que as crianças utilizam-nos, sobretudo, para compreenderem a si próprias. “O ato de conhecer começa com a distinção e a classificação”, inicialmente de forma dual, de modo que, a criança aprende primeiro a separar pessoas e objetos em dois grandes grupos: os parecidos com ela e os outros, isto é, os diferentes dela ou, mesmo, seus opostos. Com o desenrolar do processo de socialização, a despeito do que sugere uma das possíveis leituras da psicanálise clássica, a criança pode distinguir meninos e meninas bem antes de conhecer suas diferenças genitais. Assim, Badinter (1992) nos lembra que nós nos definimos através dos processos de identificação e diferenciação, ou seja, nos reconhecemos através das semelhanças com algumas pessoas e das diferenças com outras.

Quanto ao termo *identidade de gênero*, é comum seu emprego para caracterizar os aspectos do eu que são relevantes à categoria gênero e que contribuem à consciência que um indivíduo tem do próprio sexo. Muito resumidamente, a identidade de gênero diz respeito, portanto, aos significados e traços que um indivíduo porta e associa como sendo masculinos ou femininos. No âmbito da psicologia social, como já dissemos, Spence (1985) propôs um modelo

de identidade de gênero que enfatiza a multidimensionalidade e a variação individual. De acordo com esta perspectiva, o sentimento típico de *ser* masculino ou feminina permanece constante, mas os traços e comportamentos que dão suporte à identidade construída podem variar muito entre diferentes sociedades, entre diferentes pessoas de uma mesma sociedade e em diferentes momentos da vida de uma mesma pessoa. Por esta razão, os termos *masculino* e *feminino* podem acionar um conjunto de representações socialmente acordado, mas a masculinidade e a feminilidade de cada um pode ser definida em termos mais variados e idiossincráticos.

Um tipo comum de abordagem sócio-psicológica considera o gênero como uma categoria de pertencimento a um grupo social, que se dá através de um processo de identificação, no qual um indivíduo cria ligações entre o *self* e uma ou mais pessoas. Assim, ao se identificar como homem ou mulher, o indivíduo não apenas se auto-identifica, como também se identifica com um grupo de pessoas que compartilham a mesma categoria de pertencimento e, presumivelmente, as mesmas características relevantes daquela categoria. Uma variante desta abordagem considera o gênero não como uma única categoria de pertencimento, mas, sim, como um conjunto de categorias. Nesta última perspectiva, o termo identidade de gênero é substituído pelo conceito de *identidades* de gênero, uma vez que diferentes características relacionadas a gênero engendram variadas representações e identificações masculinas e femininas num dado contexto social. Ou seja, traços de personalidade, atributos físicos, papéis sociais como maternidade e paternidade, orientação sexual, habilidades pessoais, escolhas profissionais, interesses recreacionais e esportivos, por exemplo, podem constituir diferentes formas de identificação social atreladas ao gênero (Deaux e LaFrance, 1998).

“Do ponto de vista social e político, não existe uma ideologia masculina absoluta e linear. (...) A representação masculina não constitui uma realidade separada do sujeito; é uma construção cultural cujo fundamento não é exclusivamente biológico e tampouco sua negação. As representações de homem e mulher enquanto categorias de análise são desenhadas de comum acordo com um sistema de crenças e expectativas.” (Nolasco, 2001, p.88)

3.1. Masculinidade: uma difícil construção

Vimos que a constituição biológica não é suficiente para explicar as diferenças entre os sexos e veremos aqui que ela também não é suficiente para promover a construção de um homem. No que tange a identidade masculina e as múltiplas variações que podem ser encontradas em diferentes culturas e épocas, o par de cromossomos XY não é suficiente para garantir o seu desenvolvimento e o menino terá que passar por difíceis etapas até se tornar um homem. Desde o momento de seu nascimento, até o desenvolvimento da identidade masculina propriamente dita, há um longo caminho a ser percorrido e este percurso “é semeado de emboscadas”, conforme apontado por Badinter (1992).

Embora insuficiente para explicar questões de ordem subjetiva, a genética é invocada pela autora para demonstrar que, ao contrário do que se pensava, a masculinidade é secundária à feminilidade. Até agora não foi contestada a tese de que as pessoas do sexo feminino são portadoras dos cromossomos XX e as do sexo masculino são portadoras de XY. Há diversas anomalias cromossômicas em que o X pode ser combinado de diversas formas, com ou sem o cromossomo Y, mas este nunca se manifesta desacompanhado daquele. O cromossomo Y, indispensável à determinação do sexo masculino, vem sempre, necessariamente, atrelado ao cromossomo X, que é a base para que se formem seres humanos de ambos os sexos. Além disso, nas primeiras semanas de gestação os embriões são anatomicamente indiferenciados e só mais tarde é que serão observados os efeitos masculinizantes do cromossomo Y. Com isso, temos o masculino como o segundo sexo e não o feminino. Deve-se acrescentar, ainda, que o cromossomo X pode ser recebido de ambos os progenitores, mas o Y é fornecido apenas pelo pai e embora sua presença seja necessária para gerar um menino, ela “está longe de ser suficiente para definir a identidade masculina,” pois não há nada de estritamente orgânico que possa garantir que uma pessoa do sexo masculino desenvolva a identidade correspondente. Há, porém, um fator biológico que pode, inclusive, tornar ainda mais complicada a aquisição da masculinidade por parte do menino: trata-se da relação de extrema intimidade e dependência da mãe durante os primeiros meses após seu nascimento.

“A formação do macho é comandada por um dado natural, universal e necessário: seu lugar de nascimento materno. Esta particularidade do menino — ou seja, ser

alimentado física e psiquicamente por uma pessoa do sexo oposto — determina seu destino de modo muito mais complexo e dramático do que o da menina.”
(Badinter, 1992, p.45)

Num sentido diferente do proposto por Freud, a origem biológica é retomada aqui como determinando, sim, o destino de pessoas de ambos os sexos. Ainda não se sabe o quanto a vida intra-uterina afeta a história psíquica do indivíduo adulto, mas já conhecemos algumas opiniões sobre a relação simbiótica que perdura entre o bebê e a mãe durante os primeiros meses após o parto. Resumiremos a seguir uma destas visões.

3.1.1. Uma visão psicanalítica acerca da masculinidade

Para falar sobre as dificuldades da construção da masculinidade tomaremos, inicialmente, como referência o conceito de *identidade de gênero* desenvolvido pelo psiquiatra e psicanalista Robert Stoller através do estudo de pacientes transexuais. Assim como Freud, este autor parte da exceção para chegar a uma regra geral, ou seja, através do estudo das patologias Stoller foi levado a uma compreensão do que seria a normalidade, neste caso, o desenvolvimento de uma identidade correspondente ao sexo biológico. O termo foi mais amplamente difundido a partir da publicação de *Sex and Gender*, em 1968, e se refere à masculinidade e à feminilidade de um indivíduo, significando que tanto uma como a outra estão sempre presentes em todas as pessoas, variando apenas em forma e grau. Suas pesquisas já contam com algumas décadas de vasta experiência clínica, que foi condensada em *Masculinidade e Feminilidade: Apresentações do Gênero*,¹ livro considerado pelo autor como apenas um capítulo em sua “contínua busca para compreender as origens, o desenvolvimento, a dinâmica e a patologia da identidade de gênero”.

Na esteira das transformações que tomaram conta do discurso acadêmico na segunda metade do século passado, brevemente indicadas no capítulo anterior, Stoller também toma por base a distinção entre sexo e gênero, relacionando o primeiro com a condição biológica de ser mulher ou homem e o segundo com o desenvolvimento das características comportamentais e caracteriológicas relativas à condição sexual. Apesar da masculinidade ser mais diretamente associada a

¹ Publicado pela primeira vez nos Estados Unidos em 1985 e no Brasil, em 1993.

peças do sexo masculino e a feminilidade a pessoas do sexo feminino, a identidade de gênero refere-se a qualquer qualidade humana que é sentida, por quem a possui, independente de sexo, como masculina ou feminina e está intimamente ligada à auto-percepção e às convicções de cada um. Estas convicções pessoais são constituídas pela combinação entre os fatores biológicos, a designação do sexo no momento do nascimento, os comportamentos e as atitudes dos pais, sobretudo durante a infância do indivíduo, corroborando ou não crenças e valores sociais vigentes, mas sempre engendrando fenômenos psíquicos específicos.

Tendo o *Complexo de Édipo*, a *angústia de castração* e a *inveja do pênis* como fundamentais ao desenvolvimento sexual infantil, a psicanálise clássica toma a *atividade* como qualidade principal, tanto de homens quanto de mulheres, entendendo a *passividade* como uma qualidade secundária (Freud, 1933). A precedência de uma qualidade sobre a outra não exclui, contudo, a noção de que ambas estão presentes em pessoas de quaisquer sexos, uma vez que, em 1905, Freud já afirmara a natureza bissexual de todo ser humano. Apesar do intenso temor à castração, segundo esta visão, o menino parece ter sido melhor aquinhado que a menina, uma vez que esta sequer tem um pênis a ser perdido — ela já nasceu castrada. Desde o nascimento, a posse do pênis dá ao menino a garantia de um primeiro amor heterossexual, mesmo que essa orientação não venha a se confirmar mais tarde, ao final de seu desenvolvimento. Contrariamente, a menina terá que lutar mais arduamente por sua heterossexualidade, uma vez que deverá substituir o amor que sente pela mãe, originariamente homossexual, pelo amor heterossexual ao pai, o que implicará em uma solução edípica bem mais complexa que a do menino.

Por diversos motivos, estas formulações freudianas deram origem a uma série de críticas por parte de diversos teóricos, feministas ou não, mas hoje a situação é bem diversa. Inúmeros psicanalistas voltaram seus estudos a fases anteriores do desenvolvimento psicosssexual humano. Enquanto Freud concentrou seus esforços no período edípico, hoje há um grande número de trabalhos relativos aos estágios pré-edípicos, valorizando a relação primeva da criança com sua mãe, que só mais tarde sofrerá a influência paterna. Robert Stoller é um desses psicanalistas e o conceito de *identidade de gênero*, como foi por ele elaborado, vai contra algumas premissas básicas da teoria freudiana. Assim, embora o primeiro

amor do menino seja de orientação heterossexual, não se pode negar que um estágio mais precoce de simbiose, no qual há uma total fusão com a mãe, pode ser um grande empecilho ao desenvolvimento de sua masculinidade, pois ao sentir-se como parte da mãe ele também sente-se como parte de sua feminilidade e identifica-se com ela. Ou seja, o estado simbiótico, que é uma vantagem para a menina, traduz-se numa clara desvantagem para o menino. A este respeito Stoller afirma que, “dependendo de como e com qual intensidade a mãe permite ao filho separar-se, esta fase de fusão com ela deixará efeitos residuais que podem ser expressos como distúrbios de masculinidade.”

Meninas também deverão separar-se de suas mães, entretanto, para elas, separar-se da mãe não implica em desfazer-se de sua feminilidade. Pelo contrário, desde cedo ela já está identificada com uma pessoa do mesmo sexo e, mesmo que haja um núcleo potencialmente homossexual, sua feminilidade não corre maiores riscos. Ao que parece, o estágio de *protofeminilidade* coloca o menino em maiores dificuldades quanto ao desenvolvimento de sua masculinidade e, para que possa mais tarde sofrer os efeitos esperados do Édipo, será necessário que já tenha se separado suficientemente de sua mãe. A confirmação de sua identidade masculina vai precisar, portanto, de um esforço anterior de reconhecimento da mãe como uma pessoa separada de si e pertencente a um sexo diferente do seu. “Quanto mais longa, mais íntima, mais mutuamente prazerosa for a simbiose mãe-bebê, maior será a probabilidade do menino se tornar feminino” e cabe ao pai pôr fim a este estágio fusional, promovendo uma ruptura tanto qualitativa quanto quantitativa, de modo que o bebê-menino possa diferenciar-se da mãe, pois só assim ele poderá vir a se identificar com o pai e desejar ter uma mulher, ao invés de desejar *ser* uma mulher.

Não resta dúvida de que o sucesso da empreitada paterna depende de como a mãe reage à interferência do pai em sua relação com a criança, o que, por sua vez, está associado a vários outros aspectos. Dentre eles destacam-se a dinâmica estabelecida entre o casal parental, isto é, a forma como o pai se coloca, como homem, em relação à mãe da criança e a forma como a mãe responde a isso; o lugar que ela reservou para o filho em sua vida; a maneira como lida com sua sexualidade e com sua própria identidade feminina, enfim. Vale lembrar que isso tudo está relacionado à história pessoal de cada um dos pais, cada qual inserida

em um contexto sócio-cultural particular, constituído de normas, crenças e valores que definem ideais específicos de masculinidade e feminilidade.

Considerando que a intervenção paterna seja bem sucedida, para que a masculinidade se desenvolva, o menino precisará, ainda assim, construir “barreiras intrapsíquicas” que o afastem do desejo de completude através da simbiose com a mãe. A partir de então, ele tentará desenvolver e preservar sua masculinidade, que será marcada por um conjunto de fantasias que constituirão uma espécie de *ansiedade de simbiose*² (Stoller, 1985).

Com o passar dos anos o menino incorporará uma série de refinamentos ao “estilo de masculinidade” que desempenhará na vida adulta. Vivências gratificantes, traumáticas ou conflitivas influirão em sua identidade de gênero até uma idade avançada, mas apenas delineando os contornos mais ou menos sutis dos fundamentos que foram precocemente estabelecidos pelos conflitos pré-verbais e edípicos. A masculinidade será moldada também através de “sistemas complexos de recompensa e castigo”, nos quais prescrições, proibições, ameaças e comunicações dúbias, quando ocorrerem, serão interpretadas e absorvidas pelo menino em diferentes estágios de maturidade.

As exigências culturais se manifestarão através dos discursos e comportamentos de pais, irmãos, demais familiares, professores e também figuras públicas que costumam estar em evidência em programas de televisão, por exemplo. Cabe lembrar, ainda, que os estereótipos de gênero estarão presentes durante todo o tempo que durar o processo de socialização do menino, na forma como os adultos interagirão com ele, no tom e no timbre de voz que empregarem quando se dirigirem a ele, na forma de falar, nas expressões utilizadas, nos tipos de brincadeiras, jogos e estimulações que promoverem, nos modelos e cores das roupas que lhe serão vestidas, enfim. Em cada gesto, em cada palavra e em cada olhar a ele direcionado estará sempre implícito aquilo que se espera dele e do

² A *ansiedade de simbiose* foi também verificada em estudo etnográfico realizado em meados da década de 70, através da observação dos costumes dos Sâmbia, uma tribo isolada de guerreiros, caçadores e horticultores, que habitam o leste da Nova Guiné. Nesta cultura, as mulheres são vistas como ameaçadoras à masculinidade, seja pelo poder contaminador de seus fluidos, seja pelo contato sexual que enfraquece os homens. Os meninos têm ligação estreita com suas mães até aproximadamente os dez anos, idade em que são drasticamente delas separados. Durante os dez anos seguintes, serão submetidos a uma série de rituais que visam expurgar qualquer traço de feminilidade e garantir a entrada no mundo masculino. Ao que parece, “os homens consideram mais incerto que eles próprios atinjam a competência adulta do que as mulheres”, conclui Stoller (1985).

projeto de masculinidade que lhe foi “destinado” e que deverá ser concluído dentro de menos tempo do que talvez ele possa desejar.

As formulações de Stoller (1985) sugerem que os diferentes significados que serão construídos pelo menino, a partir de tais experiências, estarão sempre, de uma forma ou de outra, remetidos à *ansiedade de simbiose*, que é apontada como sendo a principal responsável pelas representações estereotipadas do comportamento masculino. Assim, o comportamento que as sociedades ocidentais, em geral, definem como sendo masculino é pautado por “manobras defensivas” que buscam evitar o desejo de simbiose e, portanto, o retorno ao estágio de *protofeminilidade*.

“A beligerância do macho que degrada as mulheres faz com que muitos homens temam a ternura e a intimidade e contribui, em minha opinião, para que as perversões sejam mais comuns nos homens do que nas mulheres. Eu atribuo estas diferenças sexuais não apenas ao cérebro e aos hormônios, mas à necessidade dos homens de constante vigilância contra um anseio inaceitável de voltar à fusão da simbiose.” (Stoller, 1993 [1985], p.34)

Este argumento tem sido abraçado por alguns estudiosos de gênero que explicam a agressividade masculina, o medo de intimidade e a homofobia como tentativas desesperadas de garantir a masculinidade tão arduamente conquistada. As defesas masculinas, freqüentemente inconscientes, incluem o medo de manifestar e desta forma revelar a posse de atributos femininos físicos e/ou emocionais, como ausência de pêlos, voz aguda, sentimentos de ternura, expressão desinibida de afetos, medo da intimidade, inveja e conseqüente menosprezo e agressividade em relação às mulheres, desejo de cuidar e envolver os outros, mas, sobretudo, medo de ser desejado e de desejar outro homem. Ou seja, a idéia de que ser homem é antes de tudo não ser mulher, nem homossexual parece ter sido amplamente disseminada (Nolasco, 1988; Badinter, 1992; Giddens, 1992; DaMatta, 1997).

“Sendo assim, seja áspero, beligerante, abuse e fetichize as mulheres; seja amigo apenas dos homens, mas também odeie os homossexuais; fale palavrões; despreze as atividades femininas.” (Stoller, 1993 [1985], p.243)

3.1.2. Algumas considerações sobre o “problema” da simbiose

Como vimos, se as primeiras formulações psicanalíticas levantaram dificuldades quanto ao desenvolvimento da heterossexualidade feminina, acréscimos posteriores, como os de Robert Stoller, evidenciaram as dificuldades do desenvolvimento da identidade masculina. Uma pessoa do sexo feminino pode, desde o nascimento, identificar-se com a mãe, desenvolver uma identidade feminina e, mais tarde, adotar uma orientação homossexual. Porém, jamais existirá um homem, qualquer que seja sua orientação sexual, se não houver a construção de uma identidade masculina. Se antes pensava-se a feminilidade como problemática, hoje a masculinidade é que tem sido abordada desta forma, pois, ao contrário do que se pensava, a construção masculina envolve fatores psíquicos e sociais talvez bem mais complexos do que a própria diferenciação genética.

“A masculinidade nos homens não é simplesmente um estado natural que precisa apenas ser preservado para desenvolver-se sadiamente [como pensava Freud]; ao contrário, ela é uma conquista.” (Stoller, 1993 [1985], p.37)

Gostaríamos, então, de sugerir que esta nova forma de abordar o desenvolvimento da feminilidade e da masculinidade pode ser mais um indício do fim da lógica patriarcal, ao menos no discurso acadêmico. Um *zeitgeist* que privilegiou as diferenças e abriu caminho para a valorização do feminino, parece ser bastante favorável a novas construções teóricas que retirem o homem do pedestal em que, durante milênios, esteve ancorado e desloquem as luzes para explicações que enalteçam, de uma forma ou de outra, a mulher e a feminilidade. É neste cenário que surgem trabalhos como os de Nancy Chodorow (1978), por exemplo, que afirma ser a relação da mãe com o bebê-menina mais favorável ao seu desenvolvimento do que com o bebê-menino.

Todavia, é preciso notar que apesar da análise das relações pré-edípicas ressaltar a importância da maternagem e apontar uma possível causa para as dificuldades relacionadas ao desenvolvimento da masculinidade, ela não deve e não pode servir para argumentações que busquem um revide, mais ou menos explícito, de algumas mulheres contra os homens. Isto se deve ao fato de que, ao tentar compreender a problemática masculina, mesmo sob este enfoque, não podemos nos furtar à constatação da tremenda importância do princípio masculino

no desenvolvimento infantil. Diante do monopólio materno sobre o bebê, o papel do pai surge como ainda mais fundamental, uma vez que se evidencia como indispensável à separação, caso contrário fica comprometido o desenvolvimento da subjetividade da criança, qualquer que seja seu sexo biológico. Ou seja, a simbiose e a maternagem são tão necessárias quanto a separação e a paternagem, não havendo, portanto, razão para se privilegiar um aspecto em detrimento do outro. Mais ainda, a simbiose e a maternagem não dizem respeito exclusivamente à mãe, assim como a separação e a paternagem não precisam ser exercidas exclusivamente pelo pai.

Neste sentido, é importante trazer novamente à discussão as contribuições de Elizabeth Badinter quanto ao que ela denominou *mito do amor materno*, amplamente difundido na cultura patriarcal ocidental como forma de manter a mulher afastada da esfera pública. Alienante e culpabilizante para as mulheres e devastador para as crianças, especialmente para os meninos, este mito postula que a mãe é a única pessoa instintivamente capaz de cuidar do bebê recém-nascido porque foi biologicamente determinada para tal. A autora nos diz que

“O amor materno é infinitamente complexo e imperfeito. Longe de ser um instinto, ele é condicionado por tantos fatores independentes da ‘boa natureza’ ou da ‘boa vontade’ da mãe que é preciso um pequeno milagre para que este amor seja assim como nos é descrito. (...) A boa maternidade é uma missão quase impossível, que prova – como se ainda houvesse necessidade – que não há instinto nesses assuntos.” (Badinter, 1992, p.67)

A “boa maternagem”, no caso dos filhos homens, seria aquela na qual a mãe guarda a distância necessária, a “boa distância”, de modo a propiciar o desenvolvimento de sua masculinidade — nem muito distante para não lhe parecer ausente, nem muito próxima para não lhe sufocar. A “boa distância” é, em outras palavras, aquela que garante ao mesmo tempo o sentimento de segurança e o desejo de independência. Se não permitir a separação, a mãe “pesará” sobre seu filho e ele tenderá a temer as mulheres, fugirá delas ou reagirá de forma a oprimi-las. Mas antes que as mulheres sejam acusadas de seu próprio sofrimento por engendrarem “filhos sexistas”, Badinter (1992) conclama todas as mães a colocarem um fim à exclusividade materna nos cuidados com a prole, de modo a romper com o que chamou de um “círculo vicioso”.

A crença de um amor instintivo que une a mãe ao “seu” bebê legitima a exclusão do pai e reforça o caráter de aparente intransponibilidade da simbiose que se estabelece entre eles. Durante um bom tempo, alguns psicanalistas da escola inglesa contribuíram, direta ou indiretamente, para a manutenção deste mito. Atualmente, a maternagem já não é mais vista como papel inerente à mulher e entende-se que ela pode ser exercida por qualquer pessoa que tenha disponibilidade afetiva para tal (Badinter, 1992). Da mesma forma, o papel do pai tem sido interpretado pelos lacanianos, por exemplo, como uma função, que é exercida primariamente pela mãe, quando esta ocupou de antemão seu lugar de sujeito desejante. Se a mãe não direciona seu desejo exclusivamente à criança, o princípio masculino pode ser desempenhado também por ela e não exclusivamente pelo pai ou outra pessoa do sexo masculino. É importante ressaltar que isso não elimina, no entanto, a necessidade de uma figura masculina com a qual o menino possa se identificar. Mas, assim como já não faz sentido reduzir o pai exclusivamente à lei, à razão e ao princípio de realidade, também já não cabe mais pensar que à mãe compete apenas o princípio do prazer. A rigidez de posições que limitam mulheres e homens, respectivamente, aos universos privado e público combina bem com a lógica patriarcal, mas aos olhares mais atualizados e, portanto, menos tradicionais, este tipo de prescrição parece no mínimo anacrônica. Hoje em dia, sabe-se que pai e mãe devem igualmente ser referências tanto de amor como de limite. Em função disso, os pais têm sido cada vez mais convocados a participar de modo mais efetivo nos cuidados com os filhos, embora haja dúvidas com relação a quantos deles têm comparecido, de uma forma ou de outra.

Por fim, mas não menos importante, gostaríamos de propor uma segunda alternativa para a abordagem da feminilidade originária, que foi concebida por Stoller (1985) como uma desvantagem para os meninos, quando, na verdade, ela é muito importante para todas as crianças em geral. Os laços que unem o bebê à mãe, ou a quem quer que seja a pessoa que dele se ocupa de forma zelosa e amorosa, são a origem dos sentimentos de proteção e ternura essenciais ao desenvolvimento humano (Badinter, 1992). A qualidade dos cuidados recebidos desde o nascimento é fundamental para o desenvolvimento da auto-estima, da auto-confiança, do sentimento de não estar só, de sentir-se amparado e de tudo que pode, enfim, contribuir para que se tenha a angústia existencial reduzida e a

capacidade de enfrentar a vida ampliada. Estes sentimentos podem, inclusive, ajudar o menino a suportar melhor a própria *ansiedade de castração* que será mais tarde promovida pelo *Complexo de Édipo*. Além disso, uma experiência prazerosa de feminilidade originária poderá repercutir de forma igualmente benéfica no estabelecimento das demais relações ao longo de toda a vida. Em outras palavras, se a simbiose pode, por um lado, apresentar-se como problemática ao desenvolvimento da masculinidade, por outro, vencidas as barreiras iniciais, ela pode revelar-se como uma matriz profícua de sentimentos que farão parte dos relacionamentos do homem adulto.

Como última conjectura acrescentamos ainda a proposição de que o caráter problemático que é atribuído à *protofeminilidade* para o desenvolvimento da masculinidade, só tem razão de ser quando o modelo de masculinidade culturalmente disponível — e que é inescapavelmente tomado como premissa de análise — exclui qualquer traço de feminilidade. Dito de outra forma, um modelo pluralista de gênero, bastante menos estereotipado, que não vetasse ao homem a comunhão de uma “porção feminina” com uma “porção masculina” talvez desse origem a outros desdobramentos teóricos. Numa cultura menos afeita a distinguir mulheres e homens, masculino e feminino, a *ansiedade de simbiose*, por exemplo, perderia parte de sua força, senão toda, na construção de uma identidade masculina.

3.1.3. A socialização estereotipada dos meninos

Abordamos algumas questões acerca da construção psíquica da masculinidade, mas como esta se encontra sempre inserida num contexto social, veremos agora como se dá o processo de socialização através do qual o menino será transformado em um homem adulto. Este processo contará com a participação ativa de todos aqueles que lidam direta ou indiretamente com ele e será responsável por sua aproximação com os ideais culturais da sociedade da qual faz parte. Estes ideais definem papéis, prescrevem padrões e normas de comportamento que fazem parte de um sistema de crenças que será lenta e continuamente apresentado ao menino.

Forte, confiante, ativo, destemido, determinado, realizador, independente, objetivo, pragmático, racional, emocionalmente equilibrado, profissionalmente competente, financeiramente bem sucedido e sexualmente arrasador são algumas

das descrições pertinentes a um modelo ideal de masculinidade. A esta lista podem ser acrescentados outros adjetivos de conotação mais pejorativa como frio, insensível, agressivo, arrogante, dominador, autoritário, violento e opressor. Sabe-se que uma mulher também pode ser tudo isso, mas durante o patriarcado estas características foram consideradas inerentes à “natureza” masculina e até hoje os estereótipos de gênero têm forte influência no cotidiano de muitos homens e mulheres. Inicialmente, a influência destes estereótipos se faz presente na socialização do menino através da relação com os pais. Mais tarde, à medida que travar contato com outros membros da comunidade, novas representações poderão ser acrescentadas, enquanto outras serão reforçadas.

“Os homens, ainda hoje, trazem uma consciência sobre eles mesmos produzida por conceitos vagos de autoridade e tradição como referência para definirem o masculino.” (Nolasco, 1993, p.32)

Na relação com os pais os estereótipos de gênero serão mais ou menos evidenciados não apenas através da maneira como o menino é educado, mas, sobretudo, através de como estes estereótipos são vivenciados pelos próprios pais. Assim, o “tipo de homem” que é o pai e o “tipo de mulher” que é a mãe revelam, de forma mais silenciosa e menos óbvia, modelos de masculinidade e feminilidade que terão papel fundamental no seu desenvolvimento. As histórias pessoais dos pais, para além dos contextos familiares de origem, também foram atravessadas pelas representações de mulher e de homem vigentes à época do desenvolvimento de suas próprias identidades. Podemos dizer, então, que há uma espécie de superposição do contexto sócio-histórico em que cresceram os pais com aquele no qual o menino é socializado, enfatizando determinadas crenças sobre gênero. A visão de mundo que será paulatinamente construída pelo menino levará também em consideração a observação da dinâmica estabelecida entre o casal parental. A crença na superioridade masculina, por exemplo, pode ter raízes na forma como seus pais interagem e nos papéis que assumem em relação um ao outro (Nolasco, 1993).

Os próprios modelos de paternidade e maternidade têm influência sobre a relação que se estabelece entre pais e filho. Esta relação — antes, durante e depois da fase edípica — se dá sempre dentro de um contexto social mais amplo que, além de inúmeras conseqüências psíquicas, vai deixar suas marcas na

subjetividade masculina que está em construção. A própria ausência paterna, tão criticada atualmente, pode ser considerada fruto de uma ideologia que excluiu, durante muito tempo, o homem da vida privada. Os mesmos ideais que limitavam a mulher ao espaço doméstico, restringiam o homem ao espaço público. Além disso, ou justamente por isso, a ausência do pai pode ser estimulada, consciente ou inconscientemente, pelo desejo da mãe “ter” o filho só para si, de modo a manter o máximo controle possível sobre o território que lhe foi instituído (Badinter, 1992; Rocha-Coutinho, 1994; Burdon, 1998).

Seja como for, todo menino passará por um longo período durante o qual será submetido ao aprendizado do que se espera dele como um representante do sexo masculino. Ele será apresentado aos significados culturais, mais ou menos estereotipados, que são vinculados à sua constituição anatômica e terá sua vida radicalmente modificada. Não resta dúvida de que há inúmeros fatores que contribuem para que ocorram variações no plano individual, mas alguns pontos deste processo são comuns mesmo quando se observam culturas bastante distintas.

Nos últimos quatro milênios, a masculinidade nunca pôde ser dissociada da noção de virilidade e diversas “pedagogias” foram criadas para transformar um menino fisicamente fraco e indefeso em um homem forte, corajoso e independente. Os ritos de iniciação de diferentes sociedades tribais como os Sâmbia, Kikuyo, Baruya, Amkara e Masai, dentre outras, servem como exemplo extremo de como a socialização dos meninos pode chegar a elevadíssimos níveis de crueldade. Estes rituais têm por princípio impedir qualquer contato com a mãe e com o universo feminino, de modo a possibilitar a inserção gradativa no mundo dos homens. Além da dor psíquica pelo afastamento forçado, será necessário o convívio diário com práticas freqüentemente brutais e a necessidade de superação também do sofrimento físico, de preferência sem que haja qualquer manifestação de medo ou de dor, uma vez que a fragilidade emocional e física são características reservadas apenas às mulheres (Stoller, 1985; Badinter, 1992; Nolasco, 2001).

Observa-se que a máxima “menino não chora” parece ser uma constante quando se tem por propósito a construção de um homem destemido e capaz de enfrentar as inúmeras dificuldades que envolvem a necessidade de provimento e proteção da família ou da comunidade em termos mais gerais. Talvez esta seja a

razão pela qual, nas palavras de Badinter (1992), “ainda existem relíquias desses ritos de iniciação masculina em algumas unidades militares.” Como nos informa a autora, o treinamento dos *marines* norte-americanos, por exemplo, tem como lema a idéia de que, para criar um grupo de guerreiros “matadores”, é necessário “matar a mulher que há neles.”

“Os recrutas são submetidos a um regime que muita gente, ainda hoje, considera desumano: disciplina de ferro, conformismo extremo, treinamento físico estafante, zombarias e humilhações dirigidas aos novos recrutas, que mal conseguem dormir e comer. Tratados como ‘estúpidos’ e ‘maricas’, eles são obrigados a sofrer inúmeros trotes sem reclamar. Estas são as condições para o nascimento de um novo homem, um homem de verdade, livre de toda contaminação feminina.” (Badinter, 1993 [1992], p.78)

Mas não é preciso integrar as forças armadas de um país que tem especial atração pela guerra para estar sujeito às atrocidades de um treinamento que pode levar um soldado à morte mesmo em tempos de paz. No Brasil, por exemplo, um país de ideais reconhecidamente pacifistas, ainda somos surpreendidos por notícias de jovens que não resistiram a determinadas atividades de preparação para possíveis situações de confronto e/ou de sobrevivência em lugares inóspitos, sem acesso à comida e água potável, por exemplo. Só no último ano, um recruta do exército brasileiro, outro do corpo de fuzileiros navais e um soldado de um grupo especial da polícia militar do Estado do Rio de Janeiro morreram durante, ou logo após, “treinamentos de rotina” oficialmente instituídos nestas corporações. Entretanto, segundo o que nos diz Nolasco (1993), estes acontecimentos não deveriam gerar surpresa alguma, pois “no decorrer da história humana o imaginário masculino tem se identificado mais com os exemplos de figuras autoritárias e controladoras do que com as moderadoras e pacifistas.”

O modelo de virilidade que imperava inquestionável até bem pouco tempo deu origem, portanto, a um processo de socialização opressivo e estereotipado no qual “ser homem ficou limitado a ser macho” e, para atingir o ideal de “macheza” socialmente prescrito, o menino precisará ignorar suas necessidades afetivas. Ou seja, aprenderá desde cedo a desvalorizar aquilo que sente e a ignorar seus desejos mais íntimos.

“Um menino cresce ignorando as sensações que brotam do próprio corpo, distanciando-se da possibilidade de formar uma visão particular sobre ele mesmo.

Assim, ele é conduzido pela sedução viril da família e da escola por sobre sucessivos estereótipos machistas. Desta forma, eles são mantidos alheios aos afetos que os mobilizam e, portanto, embotam a sensibilidade que lhes é característica. Um menino educado nas precariedades de um cárcere, para quando crescer se tornar seu próprio carcereiro.” (Nolasco, 1993, p.47)

Os meninos crescem estimulados a ser livres e independentes, a contar vantagens e alardear seus méritos, desenvolvendo o senso de competitividade como uma das principais características à sobrevivência na vida adulta. A preocupação com desempenho será uma constante ao longo de toda a vida e os meninos são, desde cedo, incentivados a participar de atividades e jogos nos quais só há duas possibilidades: perder ou vencer. É como se não existisse o prazer pelo jogo em si, independentemente de seus resultados. O perdedor é invariavelmente ridicularizado e o vencedor é enaltecido e festejado, já que esta é a lógica masculina tão freqüentemente observada na esfera pública, cujos ideais foram intensamente reforçados pelos valores do capitalismo liberal. Na disputa por trabalho, mesmo em tempos de estabilidade econômica, a competitividade é indispensável, pois não é fácil garantir um lugar ao sol e, menos ainda, fazer com que ele brilhe mais para si do que para os outros. O trabalho é a principal maneira de inserção no mundo público e, portanto, um dos pilares sobre o qual se ergue a identidade masculina tradicional, uma vez que é através do sucesso profissional que um homem será socialmente reconhecido como tal. Talvez não seja demasiado supor que, em alguns casos, por ser tão central à vida do homem, a realização profissional pode ser até mesmo confundida com realização pessoal.

Para ter sucesso no mundo público o homem tem que ser racional, objetivo, prático e pragmático, tem que ter o total controle de suas emoções para que possa tomar as decisões “corretas”. Muitas vezes é preciso que tenha “sangue frio” e coragem para prosseguir adiante em situações em que, no seu íntimo, talvez preferisse recuar. Como no mundo do trabalho não há lugar para “sentimentalismos”, aprender desde pequeno a não chorar faz parte do processo de construção de um homem que não se abala por “qualquer” motivo. Quando se machuca durante uma partida de futebol com os colegas o menino tem que agüentar firme. Da mesma forma, quando apanha dos garotos maiores, não pode “correr para baixo da saia da mãe”, sob pena de ser ridicularizado e tomado por “bicha” ou “bebezinho”. A este respeito Elisabeth Badinter nos diz que

“o menino só pode existir opondo-se à sua mãe, à sua feminidade, à sua condição de bebê passivo. Por três vezes, para afirmar uma identidade masculina, deve convencer-se *e aos outros*³ de que não é uma mulher, não é um bebê e não é um homossexual.” (Badinter, 1992, p.34)

O reconhecimento público da masculinidade está atrelado à necessidade interna de sentir e agir como homem, o que implica uma série de cuidados específicos a começar pelo controle das emoções e do próprio corpo. Todo o gestual masculino tem que ser ajustado a parâmetros rigidamente estabelecidos, pois para construir o que se convencionou chamar um *homem de verdade* é preciso, antes de tudo, garantir que ele seja *macho*. Ordens do tipo “para de chorar e fala que nem homem, rapaz!”, “para de rebolar e anda direito, menino!”, “medo é coisa de mulherzinha” e expressões afins indicam que a virilidade que se espera de um homem não vem pronta e precisa ser arduamente conquistada. Justifica-se, assim, a permanente preocupação do homem também com a *performance* sexual, de modo a jamais perder a oportunidade de reafirmar sua virilidade, segundo uma tradição cultural que fez do pênis uma importante referência da dominação masculina.⁴

Levado ao extremo, o controle emocional e corporal culmina numa espécie de embotamento afetivo que restringe as inúmeras possibilidades de prazer masculino ao órgão sexual e, por esta razão, a sexualidade masculina sofre também um processo de empobrecimento. O auto-controle traça o caminho inverso do auto-conhecimento e o homem fica à mercê do desconhecimento de si próprio, atribuindo ao pênis toda a responsabilidade pela obtenção de satisfação. Decorre daí a freqüente obsessão com relação às suas medidas, bem como com relação à quantidade e à qualidade de suas ereções (Nolasco, 1988 e 1993; Giddens, 1992; Betcher e Pollack, 1993; DaMatta, 1997; Veiga, 1997).

Não restam dúvidas de que o ideal patriarcal somado à lógica capitalista teve uma influência funesta sobre o modelo ocidental de masculinidade (Coontz, 1992). Por esta razão, um desempenho profissional e sexual se tornaram as principais referências para a construção do modelo de comportamento masculino e, com isso, limitam as possibilidades de realização na vida de um homem, em

³ Grifo nosso.

⁴ A supervalorização do *falo* pela cultura ocidental gerou como consequência uma série de outras dificuldades para o homem *estar no mundo*, como resultado de uma lógica conhecida como *falocracia* (Falconnet e Lefaucheur, 1975).

muitos casos, à esfera do trabalho, ao acúmulo de dinheiro e patrimônio, ao desenvolvimento intelectual voltado principalmente para o aprimoramento profissional e a uma vida sexual tão intensa quanto possível. Desempenho profissional ou sexual pouco satisfatório constitui fracasso difícil de ser elaborado, reforçando ainda mais a carga dos estereótipos sobre aquele que se torna vítima desta ou daquela vergonha. A conjunção destes fatores pode levar o homem a ter a violência como principal alternativa de defesa contra o sentimento de frustração e menos-valia. “Autorizado a usar a força física para dar prova de virilidade, o sujeito se predispõe a usá-la quando se vê envolvido em situações em que não se sente reconhecido como homem,” nos informa Nolasco (2001). Uma vez aprendida a lição, o menino que já não chora, bate.

Entretanto, a agressividade é uma qualidade inerente ao ser humano, independente de sexo ou idade, o que significa, portanto, que não é exclusividade natural dos homens, como pode ser indiscriminadamente sugerido. Por diversas razões eles são levados a comportamentos violentos como uma válvula de escape, por exemplo, para emoções que tiveram que ser represadas desde estágios muito precoces. Para Betcher e Pollack (1993), que reinterpretaram o mito edipiano e elaboraram a problemática masculina como sendo oriunda do que chamaram *complexo de Laio*, a agressividade masculina remete diretamente a uma relação insatisfatória entre pai e filho. Para Stoller (1985) e Badinter (1986 e 1992), ela é, quando direcionada exclusivamente às mulheres, resultado de uma reação inconsciente ao desejo frustrado de retorno à simbiose materna e à feminilidade originária. Mas, qualquer que seja o argumento, ele não serve para isentar os homens de suas responsabilidades, mesmo sendo um argumento que defenda a primazia hormonal sobre o comportamento humano, que teria, neste caso, a testosterona como principal determinante da agressividade masculina.

É preciso lembrar ainda que a agressividade masculina não se expressa apenas sob a forma de violência física. Comportamentos agressivos como o autoritarismo, a ironia e o desrespeito às necessidades alheias, por exemplo, podem ser exercidos em diferentes modalidades de interação social, constituindo fonte de insucesso na esfera pessoal, que tenderá a ser sistematicamente desconsiderada pelos seus agentes.

“Quando um menino nasce, o modelo de comportamento do macho é sua referência. Este processo começa com mecanismos de negação e desvalorização de toda e qualquer demanda afetiva que porventura um menino tenha. Em contrapartida, a valorização de respostas objetivas diante da vida faz com que ele aprenda como deve colocar-se diante das exigências sociais, mantendo frente a elas uma atitude de senhorilidade e força.” (Nolasco, 1993, p.47)

Assim, o modelo de masculinidade que se define meramente em termos de uma virilidade limitada, empobrecida e que, além de tudo, é associada a características como autoritarismo, dominação e opressão costuma ser alvo de freqüentes ataques. Ele é “fonte de alienação para os homens e de desentendimento com as mulheres” e vem sendo progressivamente questionado e repensado nos últimos anos. Por esta razão, o célebre enunciado de Simone de Beauvoir tem sido regularmente adaptado por diferentes autores para descrever a compreensão que se tem hoje acerca da masculinidade: “o homem não nasce homem, ele se torna homem.” Como nos diz Badinter (1992) “se a masculinidade se ensina e se constrói, não há dúvida de que ela pode mudar.” Como não é um dado meramente biológico ela pode ser socialmente reconstruída, ou seja, talvez a biologia não seja realmente o destino, mas a forma como lidamos com ela, definitivamente, o é.

3.2. Crise masculina: perigo ou oportunidade?

O processo de industrialização iniciado na Inglaterra em meados do século XVIII promoveu uma drástica transformação não só nos meios de produção, mas também em diversos aspectos da vida de homens e mulheres. A urbanização e a demanda por mão-de-obra, retirou as famílias do campo e trouxe-as para as cidades que começavam a se estruturar em função da produção industrial. Até então, cada família se organizava, sobretudo, como unidade econômica na qual todos os seus membros participavam, de uma forma ou de outra, da produção da sobrevivência de todo o grupo familiar. Em termos sócio-econômicos, com o deslocamento do trabalho para fora do espaço familiar, a família foi deixando de ser uma unidade de produção para se tornar uma unidade de consumo e, apesar da mão-de-obra feminina e infantil ter sido empregada num primeiro momento, o trabalho fabril era preponderantemente masculino. Como resultado, efetivou-se, mais uma vez e talvez com ainda mais nitidez, uma divisão sexual do trabalho e a cisão entre os espaços público e privado, cabendo o primeiro aos homens e o

segundo às mulheres. Em virtude desta segmentação, as representações de feminilidade e masculinidade, como tradicionalmente as conhecíamos estiveram durante muito tempo remetidas, direta e exclusivamente, a estas duas esferas da vida. Até o advento das primeiras conquistas feministas, a concepção de mulher que reinava soberana no imaginário social estava vinculada à maternidade, aos afazeres domésticos e ao cumprimento do “papel de esposa” no que concerne a satisfação das necessidades sexuais do marido. Por seu turno, a masculinidade era, até bem pouco tempo atrás, indissociável da imagem do homem provedor e protetor da família. Os meninos cresciam sabendo que deveriam tornar-se fortes, independentes e financeiramente bem sucedidos, de modo a promover o conforto material de suas futuras famílias; o desenvolvimento das habilidades necessárias ao conforto emocional ficava a cargo das meninas (Shoumatoff, 1985; Badinter, 1986; Jablonski, 1991).

Como tem sido amplamente constatado, hoje, a situação é bem diferente. Poucos são os homens que conseguem se manter no lugar de provedor exclusivo da família, que via de regra não pode abrir mão do salário da mulher para custear, em alguns casos, boa parte das despesas com escola, planos de saúde, supermercado ou outros itens do orçamento doméstico. No trabalho, freqüentemente, o homem tem que disputar com mulheres que podem desempenhar as mesmas tarefas e funções tão bem ou até melhor do que ele. Mas, além disso, sexualmente a mulher deixou de ser apenas objeto da satisfação masculina e agora exige o direito ao gozo; ela não se limita a dar prazer ao homem, pois também quer ser satisfeita. Temos aqui enunciados, então, dois aspectos cruciais sobre os quais se apoiava a concepção patriarcal de masculinidade e que se encontram fortemente abalados: trabalho e sexo (Nolasco, 1993). Inúmeros casos de disfunção sexual masculina, dentre os quais figuram, principalmente, a impotência e a ejaculação precoce, têm sido justificados como conseqüência do medo que a *nova mulher* está causando nos homens que insistem em permanecer *antigos* ou que ainda não sabem qual a melhor forma de se *modernizar* (Barasch, 1997; Kehl, 1998; Gratch, 2001; Diehl, 2002). Mas, restringir o fenômeno que alguns autores denominaram *crise de masculinidade* ao exame apenas das transformações resultantes do feminismo parece insuficiente, uma vez que estamos todos vivendo uma redefinição do próprio sentido de identidade, como resultado de uma “radicalização do individualismo” que nos

desafia com subjetividades cada vez mais voláteis e instáveis (Sennett, 1974; Nolasco, 1993 e 2001; Bauman, 1997 e 2000).

Indiscutivelmente, o feminismo colocou em pauta uma série de questões fundamentais à revisão dos papéis de gênero e às relações de poder que se estabeleceram entre os sexos durante toda a vigência do patriarcado. O movimento *gay* também tem contribuído enormemente para a quebra de estereótipos que não nos servem mais, sejamos mulheres, homens, hetero ou homossexuais. Ou seja, pode-se dizer resumidamente que, a crítica ao que ficou conhecido como *falocracia* teve caráter determinante na redefinição de papéis sociais até então rigidamente definidos e, atualmente, já bem mais flexibilizados, mas a problemática masculina, juntamente com as questões das ditas minorias, está inserida em um contexto social bem mais amplo que espelha um quadro geral de incertezas, no qual, segundo Sennett (1974), a esfera pública entrou em declínio como decorrência de uma supervalorização da vida privada e da intimidade. Conforme nos lembra Ramos (2000), a crise masculina talvez não seja um fenômeno isolado, pois, ao que parece, estar em crise é um estado típico da contemporaneidade. Mas será que atravessar períodos de crise não faz parte da própria construção da história da humanidade? Momentos de grandes rupturas são sempre portadores de muitas dúvidas e não são vividos sem que sejam suscitados sentimentos de insegurança e ansiedade. No entanto, são estes períodos que nos permitem encontrar novas perspectivas e modalidades de existência que nos manterão em movimento por mais algum tempo. Tempos de incerteza para uns, tempos interessantes para outros...

Em *O Mal-Estar da Pós-Modernidade* (1997), Zigmunt Bauman fala sobre a busca desenfreada por liberdade e pelo direito de escolha em detrimento de valores como segurança e estabilidade. “A liberdade individual reina soberana: é o valor pelo qual todos os outros valores vieram a ser avaliados”, nos diz ele. Numa referência explícita a Freud, Bauman produz uma análise pormenorizada de como os ideais individualistas contribuíram para que vivamos agora de forma diametralmente oposta à que Freud havia concebido como explicação para o problema da civilização.

“Os homens e as mulheres pós-modernos trocaram um quinhão de suas possibilidades de segurança por um quinhão de felicidade. Os mal-estares da

modernidade provinham de uma espécie de segurança que tolerava uma liberdade pequena demais na busca da felicidade individual. Os mal-estares da pós-modernidade provêm de uma espécie de liberdade de procura do prazer que tolera uma segurança individual pequena demais.” (Bauman, 1998 [1997], p.10)

Para melhor entendermos o momento atual, que costumamos interpretar como excessivamente individualista, é preciso lembrar que a liberdade individual como valor a ser buscado teve suas sementes plantadas há mais de duzentos anos. As reivindicações do povo francês, que, cansado de ser usurpado, clamava por liberdade, igualdade e fraternidade, foram enunciadas em Assembléia Nacional, em 29 de agosto de 1789. Os *Direitos do Homem e do Cidadão* declaravam os direitos “naturais, inalienáveis e sagrados do homem, a fim de lhes lembrar, sem cessar, seus direitos e seus deveres” tendo em vista “garantir a constituição e a felicidade de todos”. Mas, a declaração dos direitos do cidadão francês não foi um marco apenas na história de seu país de origem, uma vez que, se estendeu também por todo o Ocidente. Portanto, se hoje os grupos comumente conhecidos como minorias têm a possibilidade de lutar por seus direitos à liberdade e à igualdade⁵ é porque houve um certo amadurecimento dos ideais que, antes de se firmar, precisaram provocar uma revolução.

Assim, ao tentarem redefinir seus lugares numa sociedade eminentemente patriarcal, as mulheres e os homossexuais coagiram os homens a fazer o mesmo, sendo que, de um modo ou de outro, estes acabariam tendo que fazê-lo em algum momento não muito distante do atual. Como nos diz Jacques le Rider, citado em Nolasco (1993), as inúmeras transformações a que as subjetividades contemporâneas estão submetidas refletem as “crises do individualismo, vivenciadas sob a forma de uma crise do sentimento de identidade”. O que as reivindicações de mulheres e *gays*, de fato, proporcionaram foi uma maior visibilidade de uma crise que já vinha sendo gestada também por outras vias e os seus questionamentos tiveram como mérito evidenciar o que tem sido apontado como a fragilidade inerente à própria masculinidade (Badinter, 1992; Trevisan, 1997; Ramos, 2000; Diehl, 2002).

“A revelação homossexual cumpre uma importante tarefa no cenário da crise: acirra as contradições no sentido de tirar a máscara do masculino imposto, apontando para um masculino temperado por nuances nas quais cabem o frágil e

⁵ A fraternidade parece que ainda está por vir... a este respeito ver Martins (2001).

o sensível, aí incluída aquela tão execrada passividade que também compõe o macho — simplesmente porque faz parte do humano e não apenas do gênero feminino. O que pode parecer um paradoxo, do ponto de vista patriarcal, é uma aquisição importante, sem a qual não se chegará ao coração do masculino — justamente porque ele é feito de paradoxos, ao contrário do que deixa transparecer o protótipo do macho consagrado.” (Trevisan, 1997, p.87-88)

Neste novo estágio da modernidade, o homem está sendo levado a repensar os limites de seus próprios direitos e obrigações, mas, mais do que isso, está sendo levado a repensar suas necessidades individuais para além dos estereótipos instituídos pela lógica patriarcal; está sendo levado, enfim, a repensar as bases de sua própria identidade.

Como já foi sugerido, apesar de serem fonte de questões importantíssimas, feminismo e movimento *gay* não são causa da crise masculina, mas, sim, peças de um mesmo jogo, de âmbito social bem mais abrangente do que as questões sexuais em si. Feminismo, movimento *gay* e crise masculina fazem parte de uma espécie de dominó cultural, constituído de inúmeras peças, entremeadas de tal forma, que produzem efeitos contagiantes de umas sobre as outras, efeitos que se propagam levando o movimento de uma ao das demais. É possível que a metáfora do *efeito dominó*, como habitualmente se conhece, não seja a mais adequada para o que queremos exemplificar, pois o que temos em mente é o desenho de uma trama social bastante complexa — como o de uma rede, talvez — na qual não há implicação de seqüência necessariamente, pois o movimento pode ter início em qualquer uma das peças, tomar qualquer direção e se propagar indistintamente através das demais. Seja como for, o que queremos ilustrar é a idéia de que todas as manifestações da *contracultura*, que também incluiu as reivindicações estudantis, o movimento *hippie* e a defesa da androginia, como forma de alcançar uma “mistura confusional de papéis e identidades de homem e de mulher”, são todos elementos de uma interação social em mutação, na qual foi evidenciada, de forma talvez definitiva, a instabilidade das bases nas quais apoiava-se uma masculinidade que já não tinha mais do que se orgulhar.

É num cenário de valorização de singularidades mais do que identidades, estimulação à pluralidade mais do que a padrões rígidos, que os valores patriarcais e *viris* têm sido ostensivamente contestados. À medida que a valorização das diferenças individuais abre espaço para a valorização do feminino e dos valores a ele associados, como delicadeza, sensibilidade, expressividade e generosidade

para com as necessidades alheias, observamos uma concomitante desvalorização do masculino tradicionalmente identificado como violento, arrogante, dominador, egoísta e ganancioso. A valorização das expressões até então restritas à esfera da intimidade anunciou a “decadência moral do homem ocidental” e equiparou o feminino aos valores humanos mais sublimes (Sennett, 1974; Badinter, 1986 e 1992; Darcy de Oliveira, 1991; Nolasco, 1993).

Cabe ressaltar que a crítica impetrada contra a lógica *falocêntrica* tratou o homem como sinônimo de todas as características negativas associadas ao patriarcado e o discurso, que havia inicialmente se mostrado inovador, provou-se, um pouco mais tarde, tão polarizado e estereotipado quanto os valores que pretendia reformar (Darcy de Oliveira, 1991; Bourdieu, 1998).

Durante o período que compreendeu principalmente as décadas de 1960 e 1970, falava-se abertamente em *guerra dos sexos* e a imagem da mulher oprimida pelo homem autoritário era uma constante nos argumentos feministas, mas a crença de que as mulheres foram as únicas prejudicadas pela sociedade patriarcal também já não se sustenta mais. Um exame um pouco mais cuidadoso das relações de poder nas sociedades ocidentais mostra como os homens também estão sujeitos a situações humilhantes de abuso de toda sorte, uma vez que, para que haja um vencedor, alguém terá que ser derrotado, mesmo que seja homem, branco e heterossexual. Assim, apesar de ainda haver alguma resistência a esta forma mais imparcial de abordar a problemática de gênero, não podemos mais permanecer na postura maniqueísta que coloca o homem no lugar do vilão e a mulher no lugar de vítima. Após os primeiros estudos sobre a masculinidade contemporânea já podemos perceber como a imagem do homem identificado com o *papel de macho*, antes inabalável, está sendo desconstruída. Os estereótipos de herói, protetor, provedor, forte, seguro e até insensível já não têm a mesma aceitação que há algum tempo atrás, ao menos nas camadas médias urbanas, até pelo contrário, em alguns casos, os próprios homens já passaram a rejeitá-los. Com a crescente valorização de características como sensibilidade e maior fluência de expressão afetiva, tradicionalmente restritas ao universo feminino, passamos a viver uma época em que está cada vez mais difícil manter o orgulho masculino nos patamares habituais (Betcher e Pollack, 1993; Gratch, 2001; Cuschnir e Mardegan, 2001; Diehl, 2002).

Por outro lado, pensar o feminismo como principal responsável pela crise masculina contribui para que análises mais apressadas do fenômeno coloquem, desta vez, a mulher no lugar de vilã. Alimentar a crença de que a mulher financeiramente independente e sexualmente “liberada” representa uma ameaça para o homem contribui para a perpetuação da já tão desgastada *guerra dos sexos*, só que, agora, com os sinais invertidos. Goldenberg (2000) analisa matérias de jornais e revistas de grande circulação publicados durante 1998 e 1999 e constata como o discurso da mídia impressa reforça a noção equivocada de que o homem tem medo da dita *nova mulher*.

“Esse discurso consolida a idéia de que a mulher independente representa um perigo para o homem e é determinante na crise que ele (e a família) atravessa. A mulher, em vez de ser vista como uma parceira que pode tirar dos ombros do homem uma série de obrigações que lhe eram exclusivas, transforma-se em rival, disputando poder, emprego e regalias. Não é mais uma companheira a ser conquistada, mas uma inimiga a ser vencida. É a ‘guerra dos sexos às avessas’.”
(Goldenberg, 2000, p. 28)

Aludindo à manifestação feminista que ficou conhecida pela queima de sutiãs em praça pública, a autora se pergunta se os homens precisarão analogamente queimar suas gravatas. Pensamos que talvez não precisem chegar a tanto, mesmo porque os projetos de novas masculinidades, abraçados por aqueles que estão efetivamente engajados em expandir suas potencialidades para além de qualquer novo estereótipo que possa estar surgindo, não se limitam a repetições atualizadas da trajetória feminina. Da mesma forma, para estes homens não cabe falar em mera reação masculina às exigências feministas. Presenciamos um movimento que Cuschnir e Mardegan Jr. (2001) chamam *masculismo* e que, apesar do que possa estar sendo sugerido pelo termo, este movimento não se trata de uma mera adaptação daquele anteriormente perpetrado pelas mulheres. Os homens estão em busca de suas próprias soluções para uma problemática que é muito particular e, sem dúvida alguma, muito distinta à das mulheres e dos *gays*. Igualmente, os modelos a serem adotados na construção do que chamam *o novo homem* não podem se limitar a absorver características tradicionalmente femininas. O *masculismo* é um movimento ainda incipiente, mas que representa a iniciativa de alguns homens no sentido de repensar os estereótipos vigentes e construir novos modos de *estar no mundo* para além das demandas e cobranças

que lhes têm sido impostas nas últimas décadas. Há por parte destes homens um desejo genuíno de ocupar outros lugares e expandir suas possibilidades de realização no plano pessoal e afetivo (Nolasco, 1993, 1995 e 1997; Betcher e Pollack, 1993).

Os *grupos de homens*, que tiveram início no Canadá e Estados Unidos durante os anos sessenta, foram gradativamente se estendendo a outros países. Na França houve uma dificuldade inicial em que fossem estabelecidos com a mesma independência em que ocorreu no continente americano. Valabrègue (1976) descreve os primeiros grupos de homens franceses como apêndices dos grupos feministas, sendo compostos basicamente por maridos que acompanhavam suas esposas no movimento de libertação das mulheres. Cuschnir (2000) nos informa que, no Brasil, os primeiros grupos se formaram na década de 80 e eram pejorativamente vistos como uma “proposta típica de *gays*”, mas, atualmente, já são respeitados e reconhecidos como resultado do desejo legítimo de alguns homens por “mais qualidade de vida”, independentemente de orientação sexual, através do abandono de “velhos mitos da masculinidade”. Assim, um homem insatisfeito com a indesejável e insuficiente condição de *macho* pode, hoje, procurar outros referenciais, oriundos de novos sistemas de valores e crenças mais compatíveis com os tempos atuais, distintos em todos os aspectos daqueles tradicionalmente instituídos pela sociedade patriarcal.

“O esforço a ser desenvolvido pelos homens se situa hoje na reavaliação do ‘preço’ que têm pago para se manter no lugar onde imaginam que devam estar. Esta reflexão amplia a visão que os indivíduos têm de si e da vida, favorecendo a reformulação da representação de um super-homem para a de um homem comum. Esse caminho necessariamente passa pelo reconhecimento da dinâmica do próprio conflito e contradições, pela satisfação dos desejos e suas frustrações.”
(Nolasco, 1993, p.39)

Nas discussões dos grupos de homens há uma busca por novas representações para sujeitos que se querem diferentes do padrão estereotipado de invencibilidade e, para tal, são trabalhadas questões relativas à paternidade, à sexualidade e ao comportamento fisicamente violento e moralmente agressivo. A paternidade é abordada em dois sentidos: na condição de filho de um pai cuja masculinidade foi definida em termos tradicionais e na condição de pai através do exercício de uma paternidade que se constrói segundo novos modelos e cria a

possibilidade de engendrar uma nova geração de homens realmente distinta das anteriores. Estes novos modelos, além de se basearem no resgate de uma paternidade, que pode, finalmente, ser amorosa, incluem também novas articulações sócio-políticas e não apenas a simples participação demagógica em atividades domésticas ou o mero desenvolvimento da habilidade de se emocionar em determinadas circunstâncias. Os esforços e a coragem que alguns homens têm demonstrado ao se comportar de forma diametralmente oposta aos estereótipos masculinos tradicionais devem ser reconhecidos, mas é preciso ressaltar que as aspirações masculinas não devem se ater apenas ao desempenho de novos papéis ou ao intercâmbio de papéis masculinos e femininos, posto que, mais do que à redefinição de papéis, a crise masculina diz respeito à instauração de uma nova ordem, que questiona e desconstrói o paradigma da hierarquia e do autoritarismo que fundamentava todos os aspectos da sociedade ocidental (Badinter, 1992; Nolasco, 1993; Armony, 1995; Pereira, 1995; Jablonski, 1996 e 1999; Dario, 2001).

É neste sentido que cabe pensarmos a própria noção de *crise* que, em geral, nos remete à idéia de tensão, dúvida, perturbação de um estado de equilíbrio, mas que também pode ser associada à idéia de transição, que implica movimento, mas não necessariamente em direção a algo ruim, por mais que o desconhecido e o novo possam ser assustadores. Como nos lembra Jablonski (1991), “em chinês, a palavra correspondente ao termo *crise* é uma combinação de duas outras palavras, que significam *perigo* e *oportunidade*”, o que nos leva a pensar que a crise masculina não precisa ser vista exclusivamente como uma ruptura problemática, mas também como uma possibilidade de transformação e crescimento. Um momento de crise pode ser, desta forma, muito profícuo em termos de ganhos jamais imaginados, de modo que a desconstrução de uma masculinidade obsoleta abre caminho para a reconstrução de novas condições, talvez bem mais favoráveis a todos, mulheres e homens, principalmente. Nesta mesma linha de pensamento, Goldenberg (2000) considera a crise masculina como possibilidade de “invenção do novo” e pergunta: “Será que podemos falar de crise quando tantas portas foram abertas?” Da mesma forma que a autora, acreditamos que a resposta mais adequada seria “não”.

É justamente no campo das oportunidades, geradas também em períodos de crise, que os limites podem ser transformados em possibilidades e, por esta

razão, alguns autores defendem a idéia de que um novo projeto de masculinidade não deve culminar numa nova descrição do que é *ser homem*, pois isto levaria à estereotipização que tanto questionamos. A desconstrução da identidade masculina tradicional deve propiciar a construção de várias novas formas de subjetivação masculina. Expressões como *novo homem* e *nova mulher* renovam noções de uma lógica excludente que não respeita singularidades e que, portanto, não nos serve. Se o paradigma atual é de inclusão, o mais coerente seria buscarmos não *um novo homem* ou *uma nova mulher*, mas, sim, novas e múltiplas possibilidades de *ser homem* e *ser mulher*. A redefinição do masculino passa pela redefinição do feminino e o caminho que está sendo trilhado por homens e mulheres leva a uma pluralidade identitária que permite aos sujeitos lançar mão de categorias livres de demarcações rígidas e empobrecedoras. Por esta razão, Hamawi (1995) e Armony (1995) não acreditam na possibilidade de surgimento de uma resposta unificadora de todas as potencialidades que podem vir a ser descobertas e desenvolvidas seja por homens ou mulheres. Da mesma forma, ao pensar a respeito de que homem estamos falando quando problematizamos a questão masculina, Pereira (1995) nos lembra que “nosso presente pós-moderno valoriza a ambigüidade, a fragmentação, a indefinição, enfim, as zonas cinzentas do comportamento” e, no que diz respeito às idéias de Robert Musil, desenvolvidas no livro intitulado *O Homem sem Qualidades*, Nolasco (1995) esclarece que

“a crise moderna revelada enquanto *crise de identidade* ganha apoio frente ao que Musil aponta como busca de uma vida melhor. Para isto, há necessidade de permanecer em situação de disponibilidade subjetiva, de deixar seu caráter (o conjunto de qualidades) inacabado, para que com isto surjam novas combinações possíveis. É preferível uma liberdade feita de indeterminação a todas as certezas que subordinam à sua volta. Assim, o homem sem qualidades se afirma como um homem do possível e da experimentação, que não se alarma ao ver sua identidade passar por contínuos remanejamentos.” (Nolasco, 1995, p. 29)

Interessante a imagem de homem descrita acima... O futuro parece promissor, mas ainda requer que o homem seja corajoso, muito embora sua coragem deva ser aplicada a um outro campo de batalha. À primeira vista a idéia de pluralidade que tende ao infinito parece muito sedutora, pois, hoje em dia, não há nada tão fascinante quanto a liberdade de optar pela forma individual de cada

um viver sua própria vida. Nossas convicções individualistas fazem com que ansiemos por tantas oportunidades quantas forem possível desejar, mesmo que desistamos delas no meio do caminho, o que importa é saber que temos autonomia para tentar alcançá-las. Todavia, a ambigüidade, a fragmentação, a indefinição e as possibilidades infinitas também assustam e provocam angústia. Bauman (2000) refere-se ao momento sócio-histórico atual através da expressão *modernidade líquida*, contrapondo-o ao período anterior que, segundo este viés semântico, seria uma modernidade sólida, inflexível, rígida e pesada. A fluidez é uma metáfora que serve para caracterizar o sentimento de transitoriedade que perpassa a experiência subjetiva contemporânea. A solidez está associada à noção de durabilidade, enquanto o estado líquido remete ao que é impermanente, que escorre, transborda, vaza.

“Nesse mundo, poucas coisas são predeterminadas, e menos ainda irrevogáveis. Poucas são definitivas, pouquíssimos contratemplos, irreversíveis; mas nenhuma vitória é tampouco final. Para que as possibilidades continuem infinitas, nenhuma deve ser capaz de petrificar-se em realidade para sempre. Melhor que permaneçam líquidas e fluidas e tenham ‘data de validade’, caso contrário poderiam excluir as oportunidades remanescentes e abortar o embrião da próxima aventura.” (Bauman, 2000 [2001], p.74)

Segundo esta visão, a ilusão de liberdade que o individualismo possibilitou chega a dar vertigem, pois estamos diante de uma verdadeira compulsão à experimentação, característica indispensável à atividade de consumo, que será mais adiante analisada pelo autor como alternativa identitária numa sociedade que não oferece muitos outros referenciais: “só o desejar é desejável — quase nunca sua satisfação”.

“Viver em meio a chances aparentemente infinitas (ou pelo menos em meio a maior número de chances do que seria razoável experimentar) tem o gosto doce da ‘liberdade de tornar-se qualquer um’. Porém, essa doçura tem uma cica amarga porque, enquanto o ‘tornar-se’ sugere que nada está acabado e temos tudo pela frente, a condição de ‘ser alguém’, que o tornar-se deve assegurar, anuncia o apito final do árbitro, indicando o fim do jogo (...) Estar inacabado, incompleto e subdeterminado é um estado cheio de riscos e ansiedade, mas seu contrário também não traz um prazer pleno, pois fecha antecipadamente o que a liberdade precisa manter aberto.” (Bauman, 2000 [2001], p.74)

Diante deste cenário, ao mesmo tempo promissor e caótico, a imagem do homem perdido e amedrontado poderia ser apenas mais uma num universo habitado por subjetividades fragmentárias, instáveis e voláteis. Neste sentido, acreditar que o motivo principal da insegurança masculina seja a mulher independente parece até pueril.⁶

Para melhor entendermos os limites e possibilidades do que hoje conhecemos como *crise masculina* será preciso deixarmos transcórrer um pouco mais de tempo. Como muitos já disseram, só tomando o devido distanciamento histórico poderemos produzir interpretações ao mesmo tempo mais acuradas, abrangentes e isentas acerca das transformações que estão em andamento. Contemporâneos que somos do fenômeno, que nos suscita tanta curiosidade, devemos nos contentar, por enquanto, em proceder levantamentos iniciais de seus principais aspectos aos olhos de hoje. Se soubermos esperar, poderemos evitar conclusões precipitadas e julgamentos previamente concebidos, que podem nos levar à formação de novos estereótipos em substituição ou em complementação aos inúmeros já existentes. Se soubermos esperar, poderemos gradativamente acrescentar novos olhares para que tenhamos uma melhor visão dos sujeitos submetidos às novas regras.

Não queremos dizer, com isso, que não se devam produzir estudos que busquem respostas às inúmeras questões que vêm sendo levantadas à medida que observamos, ao mesmo tempo que experimentamos, os acontecimentos e “tendências” que assomam ao nosso cotidiano. Pelo contrário, acreditamos que a busca por respostas é indispensável à construção do futuro que queremos viver. Entretanto, devemos estar atentos ao fato de que a proximidade pode turvar nossa visão, fazendo com que as explicações a que chegamos devam ser encaradas como possibilidades de verdade e não como verdades definitivas. Neste sentido, citamos mais uma vez Rosiska Darcy de Oliveira:

“O distanciamento crítico iluminará, talvez, a experiência de hoje com uma lucidez que a convivência com o fato perturba. Nossa observação de hoje se faz como numa sala escura, em que procuramos aos poucos acomodar a visão para

⁶ Uma vez que o gênero, como categoria de pertencimento social, teve suas fronteiras esgarçadas, as diferenças, antes sexuais, foram trazidas para o plano individual, engendrando um sentimento de desamparo pelo “não pertencimento”. A este respeito ver Badinter (1986) e Deaux e Lafrance (1998).

distinguir os contornos e identificar formas reconhecíveis. Toda conclusão é, por isso mesmo, provisória.” (Darcy de Oliveira, 1993 [1991], p.129)

Se, hoje, as mulheres já podem realizar uma crítica com relação ao feminismo, substituindo a busca pela igualdade pela valorização da diferença, é porque suas questões iniciais já experimentaram algumas décadas de amadurecimento. Da mesma forma, num futuro talvez não muito distante, estaremos empreendendo novas reflexões acerca das transformações experimentadas pelos homens.